



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0002066-16.2012.8.26.0233**  
 Classe - Assunto: **Depósito - Alienação Fiduciária**  
 Requerente: **Bv Financeira Sa Crédito, Financiamento e Investimento**  
 Requerido: **Cleber Marcio Ferreira dos Santos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Wyldensor Martins Soares**

Vistos.

Trata-se de pedido de busca e apreensão calcado em inadimplemento de contrato de financiamento de veículo com garantia fiduciária ajuizado contra Cleber Marcio Ferreira dos Santos imputando-lhe mora desde 17.02.2012, conforme petição inicial de fls. 02/03 e documentos de fls. 04/20.

Houve pedido de conexão e suspensão processual – fls. 22/26, indeferido às fls. 27.

O autor requereu a conversão da busca e apreensão em depósito, conforme fls. 53/60, o que foi deferido às fls. 62.

Tirou-se agravo (fls. 70/77), ao qual foi negado provimento (fls. 82/90).

Foi noticiada a revisão do contrato de financiamento, suspendendo-se o processo por 30 dias (fls. 93/107).

O réu foi citado da conversão da ação de busca e apreensão em depósito (fls. 109).

Contestação às fls. 115/131 alegando que a notificação extrajudicial é inválida, posto que expedida por cartório diverso do domicílio do réu.

**0002066-16.2012.8.26.0233 - lauda 1**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DISTRITAL DE IBATÉ****VARA ÚNICA****RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Entende descaracterizada a mora diante do resultado da ação revisional de contrato. Formula pedido contraposto para que a autora apresente planilha que justifiquem e expliquem as cobranças do contrato. Reitera o pedido de suspensão do processo e de improcedência.

A autora requer o julgamento antecipado, acoimando de intempestiva a resposta. Sustenta a regularidade da constituição em mora. Combate a alegada conexão e teses revisionais argüidas (fls. 135/161)..

\*\*\*\*\*

**DECIDO.**

Este Juízo tem firme posicionamento no sentido de que em processos em que se discutem questões como esta, referentes a financiamentos de veículos, a regra é a impossibilidade de concessão dos benefícios da assistência judiciária.

Com efeito, as normas que protegem o chamado “patrimônio mínimo”, por exemplo, art. 649 do CPC e Lei 8.009/90, não contêm dispositivos que restrinjam a penhorabilidade de veículos. Percebe-se que bens desta natureza não são considerados indispensáveis pela Lei, ou seja, não compõem o mínimo essencial à manutenção da dignidade do devedor.

Logo, aquele que pode adquirir bem que não é essencial não pode sustentar que o pagamento das custas do processo lhe privaria do **indispensável** ao sustento. Fica evidente o contra-senso.

O valor das parcelas é de R\$ 5.175,27 mensais. Este montante seria despendido apenas com o pagamento de bem não-essencial.

Além disso, o réu constitui advogado. Este fato, associado ao relevante valor das parcelas mensais, evidencia que a declaração de pobreza não se sustenta.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**Com tais fundamentos, INDEFIRO AJG ao réu.**

\*\*\*\*\*

Passo ao julgamento:

Não há irregularidade na notificação, pois se admite que seja feita por cartório diverso do domicílio do devedor, desde que enviada pelo correio. O que é vedado é a atuação do oficial em localidade diversa da qual recebeu delegação, mas isso não ocorre quando lavra a notificação e a encaminha por correspondência via correios. Neste sentido: Apelação Cível nº 2011.001471-1 (1.1442/2011), 1ª Câmara Cível do TJAL, Rel. Tutmés Airan de Albuquerque Melo. j. 09.11.2011, unânime, DJe 21.11.2011; Apelação Cível nº 0037476-11.2010.805.0001-0, 4ª Câmara Cível do TJBA, Rel. Antônio Pessoa Cardoso. j. 21.06.2011, unânime; Apelação Cível nº 0774732-79.2012.8.13.0024 (10024120774732001), 17ª Câmara Cível do TJMG, Rel. Leite Praça. j. 05.07.2012, DJ 17.07.2012; Agravo de Instrumento nº 0758440-91.2012.8.13.0000, 15ª Câmara Cível do TJMG, Rel. Maurílio Gabriel. j. 28.06.2012, DJ 05.07.2012.

Vê-se que o documento de fls. 13/14 demonstra que o réu foi notificado.

Nenhuma mácula há na notificação, portanto.

No mérito, este Juízo firmou-se no sentido de admitir a discussão de cláusulas contratuais no âmbito das ações de busca e apreensão, o que faz amparado pela jurisprudência atualizada do Egrégio Superior Tribunal de Justiça. Para ilustrar colaciona-se o seguinte aresto:

STJ-) CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ART. 3º, § 2º, DO DECRETO-LEI Nº 911/69. DISCUSSÃO ACERCA DA LEGALIDADE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS NO ÂMBITO DA



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**

**VARA ÚNICA**

**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

DEFESA. POSSIBILIDADE. 1. Em ação de busca e apreensão, é cabível a discussão acerca da legalidade das cláusulas contratuais como matéria de defesa. 2. Recurso especial provido. (Recurso Especial nº 681157/PR (2004/0113528-8), 4ª Turma do STJ, Rel. João Otávio de Noronha. j. 15.12.2009, unânime, DJe 02.02.2010).

No mesmo sentido: Recurso Especial nº 826608/RJ (2006/0050737-9), 4ª Turma do STJ, Rel. Aldir Passarinho Júnior. j. 02.06.2009, unânime, DJe 29.06.2009; Recurso Especial nº 1036358/MG (2008/0047303-8), 3ª Turma do STJ, Rel. Massami Uyeda. j. 27.05.2008, unânime, DJ 20.06.2008.

Nenhuma violação haverá ao verbete nº 381 da súmula de jurisprudência do mesmo Tribunal Superior, pois o Juízo está sendo provocado a se manifestar sobre as causas de defender.

Todavia, esta discussão somente é cabível se inexistente ação própria ajuizada para o mister.

Noutras palavras, na ação de busca e apreensão convertida em depósito é vedado discutir e examinar as cláusulas financeiras do contrato, quando já são objeto de ação revisional específica. (Processo nº 1022099-2, 17ª Câmara Cível do TJPR, Rel. Lauri Caetano da Silva. j. 09.10.2013, unânime, DJ 29.10.2013).

Vale acrescentar que o réu não tentou purgar a mora. Somente neste caso e verificando que os encargos exigidos para a purga estariam em dissonância com os termos do contrato haveria interesse processual em discutir os valores exigidos para afastar a mora, **neste processo**.

Nada obstante, a questão foi julgada pelo E. TJSP de modo que nenhuma outra incursão sobre o contrato se faz necessária.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

No entanto, não se pode perder de vista que a ação de busca e apreensão foi convertida em depósito.

Conforme o § 2º do art. 902 do CPC o réu poderá alegar, além da nulidade ou falsidade do título e da extinção das obrigações, as defesas previstas na lei civil.

No exercício desta defesa o réu optou pelo ajuizamento de ação revisional de contrato e por força do que resultou decidido pelo E. TJSP **deveria ter providenciado o pagamento da parte em que não foi reconhecida ilegalidade alguma para afastar sua mora.**

Solução outra não há, notadamente considerando que operada a conversão da busca e apreensão em depósito leva-se em consideração o **valor do bem** (fls. 61/62) e não o do contrato de financiamento. Ademais, admitir que o réu nada pague e permaneça com a posse do bem não se afigura razoável.

Destarte, independentemente da existência de valores abusivos no contrato de financiamento, operada a conversão para depósito é o valor do bem que orienta a relação jurídica.

Por derradeiro, anoto que diante do enunciado nº 25 da súmula de jurisprudência vinculante do E. STF (É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito) inviável o decreto de prisão.

\*\*\*\*\*


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**
**VARA ÚNICA**
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** a presente ação, com fundamento no artigo 4º, do Decreto-lei nº 911/69 e artigo 902 do Código de Processo Civil, **CONDENANDO** o requerido a restituir ao autor o veículo descrito na inicial (fls. 03), no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, ou a pagar a importância de **R\$- 107.034,00**, valor do bem, abatidos os valores das parcelas pagas durante a execução do contrato, inclusive valores ilegais reconhecidos no julgamento da ação revisional de contrato, bem como no pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, com fundamento no artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil.

Defiro desde logo, ao autor, em sendo o caso, a adoção do procedimento previsto no artigo 906 do Código de Processo Civil.

**PRIC.**

Ibaté, 05 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**